



Índice

1	INTRODUÇÃO	3
2	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNO E EXTERNO	3
2.1	A NÍVEL NACIONAL	3
2.2	A Nível internacional	6
2.3	Conclusão	7
3	ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS	8
3.1	ESTRUTURA DE RENDIMENTOS	8
3.2	Estrutura de Gastos	8
3.3	PESSOAL	8
3.4	EBITDA e Resultado líquido do período	9
3.5	AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO	9
4	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	10
4.1	Posição financeira	10
4.2	Indicadores de Gestão	10
4.3	Rácios financeiros mais relevantes	10
4.4	Análise Económica	11
5	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	11
6	EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA	11
7	GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	11
8	COMPROMISSOS FINANCEIROS	12
9	ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	12
9.1	AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO	12
9.2	Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço	12
10	OUTRAS INFORMAÇÕES / cumprimento de obrigações legais e regulamentares	12
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS	13

1 INTRODUÇÃO

A Proruris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, (*doravante designada por “Proruris”*), constituída em 17 de maio de 2007, com sede social em Edifício Casa do Povo, Largo do Toural, Vinhais com o capital social de 50.000 euros tem como objetivos principais a oferta de serviços de consultoria no domínio rural, criação de estruturas de apoio ao desenvolvimento rural, organizar cursos de formação profissional, promoção de eventos e apoio veterinário.

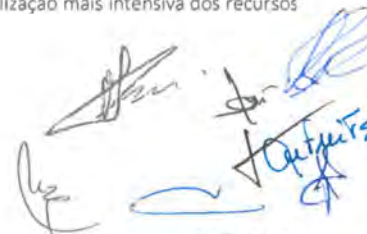
O presente relatório de gestão expressa, de forma apropriada, a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2021.

É elaborado nos termos do Artigo 66º do Código das Empresas Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Empresa, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Empresa se defronta.

2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNO E EXTERNO

2.1 A NÍVEL NACIONAL

A economia portuguesa deverá manter um perfil de crescimento mesmo num contexto em que a invasão militar da Rússia à Ucrânia introduz elevada incerteza. O Produto Interno Bruto (PIB) cresce 4,9% em 2022 (4,9% em 2021) e converge nos anos subsequentes para taxas mais próximas do ritmo estimado de crescimento de longo prazo: 2,9% em 2023 e 2,0% em 2024 (Quadro I.1.1). A expansão da atividade económica traduz-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego. A inflação aumenta em 2022 para 4,0%, e reduz-se para 1,6% em 2023 e 2024. O aumento da inflação em 2022 está associado à subida do preço das matérias-primas, energéticas e outras, e à manutenção de constrangimentos nas cadeias de abastecimento globais. A recuperação da procura dos serviços mais afetados pela pandemia contribui também para o aumento da inflação. Estes efeitos dissipam-se no horizonte de projeção, mas são parcialmente contrabalançados por pressões acrescidas sobre salários e preços, num contexto de utilização mais intensiva dos recursos na economia portuguesa.



Quadro I.1.1 • Projeções do Banco de Portugal: 2022-2024 | Taxa de variação anual em percentagem (excepto onde indicado)

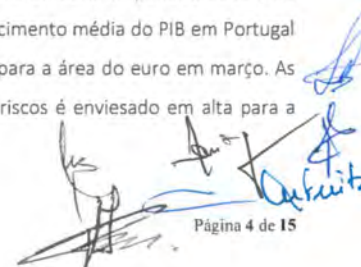
	Pesos 2021	BE março 2022				BE dezembro 2021			
		2021	2022 ^(a)	2023 ^(a)	2024 ^(a)	2021 ^(a)	2022 ^(a)	2023 ^(a)	2024 ^(a)
Produto interno bruto (PIB)	100.0	-4.9	-4.9	2.9	2.0	4.8	5.8	3.1	2.0
Consumo privado	64.2	4.4	3.6	1.9	1.6	5.0	4.8	2.2	1.8
Consumo público	19.2	5.0	1.5	1.5	-0.1	4.8	1.4	1.3	-0.1
Formação bruta de capital fixo	19.7	6.1	9.2	6.0	3.9	4.9	7.2	6.6	3.9
Produção interna	103.0	5.0	4.3	2.1	1.8	5.1	4.6	2.4	1.9
Exportações	42.0	13.0	14.2	7.5	3.8	9.6	12.7	7.8	3.9
Importações	45.0	12.8	12.3	5.5	3.3	10.3	9.9	6.0	3.6
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em pp) ^(b)									
Produção interna		2.5	1.6	1.0	1.0	3.1	2.6	1.2	1.1
Exportações de bens		0.9	0.3	0.5	0.4	1.1	0.2	0.6	0.4
Exportações de serviços		1.5	3.5	1.4	0.7	0.6	3.0	1.2	0.6
Emprego (número de indivíduos) ^(c)		2.1	1.4	0.6	0.4	2.5	1.6	0.5	0.3
Emprego (horas trabalhadas) ^(c)		5.0	5.1	2.2	0.4	6.3	4.0	0.6	0.3
Taxa de desemprego ^(c)		6.6	5.9	5.7	5.6	6.6	6.0	9.7	5.6
Balança corrente e de capital (% PIB)		0.7	0.4	1.8	0.7	0.2	1.8	2.6	1.8
Balança de bens e serviços (% PIB)		-2.6	-4.1	-2.7	-2.1	-3.0	-2.1	-1.2	-1.0
Índice harmonizado de preços no consumidor		0.9	4.0	1.6	1.6	0.9	1.8	1.1	1.3
Bens energéticos		7.5	14.2	-2.1	-1.8	7.8	6.3	1.3	-0.8
Excluído bens energéticos		0.4	3.1	1.9	2.0	0.4	1.3	1.4	1.5

Fontes: Banco de Portugal e INE. | Notas: (p) – projetado, pp – pontos percentuais, % – percentagem. Data de fecho das projeções macroeconómicas: 10 de março. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. (a) Os agregados da produção em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias para satisfazer cada componente. Para detalhes sobre a metodologia, incluindo estimativas de conteúdos importados, ver Cardoso e Rua (2021) “O real contributo da procura final para o crescimento do PIB”, Banco de Portugal, *Revista de Estudos Económicos* – Vol. 7, nº. 3. (b) De acordo com o conceito de Contas Nacionais. (c) Em percentagem da população ativa.

A invasão da Ucrânia pela Rússia em finais de fevereiro contribuiu para intensificar as pressões inflacionistas e para limitar o dinamismo económico na área do euro e em Portugal. O conflito veio agravar a subida de preços das matérias-primas energéticas e de diversos bens primários. O impacto negativo sobre a atividade decorre também da redução da confiança das famílias e dos empresários, da turbulência nos mercados financeiros, bem como dos efeitos das sanções impostas à Rússia sobre os fluxos comerciais e financeiros.

A atividade económica beneficia de maiores recebimentos de fundos da União Europeia e da manutenção de condições financeiras favoráveis, apesar de o mercado antecipar um aumento gradual das taxas de juro.

Prevê-se que a economia portuguesa volta a convergir com a área do euro no período 2022-24 e continue a apresentar taxas de inflação inferiores. A taxa de crescimento média do PIB em Portugal no período 2022-24 é superior em 0,6 pp à projetada pelo BCE para a área do euro em março. As projeções apresentam uma incerteza acrescida e o balanço de riscos é enviesado em alta para a inflação e em baixa para a atividade, especialmente em 2022.



Página 4 de 15

Uma deterioração do enquadramento externo da economia portuguesa, determinada pelo escalar do conflito na Ucrânia, constitui o principal fator de risco. A inflação foi revista em alta, refletindo os valores elevados recentes e a revisão em alta das hipóteses para o preço do petróleo e outras matérias-primas

Apesar da volatilidade no curto prazo, antecipa-se uma recuperação da atividade ao longo do horizonte de projeção. Esperava-se uma queda da atividade no quarto trimestre de 2020, associada ao surgimento de uma segunda vaga e à maior restritividade das medidas de contenção. Contudo, a taxa de crescimento económico em cadeia foi 0,2%, mais 2,0 pontos percentuais (pp) que o projetado em dezembro. A deterioração da situação sanitária no início de 2021 e consequente agravamento das medidas de contenção deverão conduzir a uma queda não esperada da atividade no primeiro trimestre do ano. Essa queda deverá ser inferior à observada no primeiro trimestre de 2020.

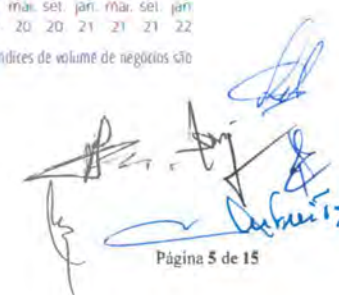
A maior resiliência da atividade reflete o processo de aprendizagem das famílias e das empresas, um enquadramento internacional menos sincronizado e mais favorável, e a manutenção da ação decisiva das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais.

Estes fatores explicam a volatilidade dos indicadores económicos disponíveis, que apontam para uma redução da atividade em janeiro e uma recuperação em fevereiro. Os valores transacionados com cartões nacionais e de não residentes apontam para um enfraquecimento do consumo privado e das exportações de turismo face ao quarto trimestre. Em linha com esta evolução, observou-se uma redução da atividade nos subsectores de alojamento e restauração.

• Indicadores de conjuntura



Fontes: Banco de Portugal, SIBS e INE. | Nota: Os dados relativos às operações em ATM/POS e aos índices de volume de negócios são deflacionados e corrigidos de sazonalidade e efeitos de calendário.



Handwritten signatures and stamps, including the name 'Luis' and the company logo 'PROURTS'.

2.2 A Nível internacional

A invasão da Ucrânia pela Rússia e as sanções impostas por vários países têm impacto sobre os preços das matérias-primas, os fluxos comerciais, as condições financeiras e a confiança dos agentes.

Existe uma elevada incerteza sobre a evolução do conflito, estimando-se riscos em baixa para a atividade e em alta sobre os preços em Portugal e no mundo. A imposição de sanções adicionais sobre a Rússia e o prolongamento das tensões geopolíticas, causará novas subidas dos preços das matérias-primas, disrupções nas cadeias de valor global, uma amplificação das fricções financeiras e maior incerteza.

Existe ainda a possibilidade de uma interrupção das importações de gás oriundas da Rússia, com efeitos que se dissipam à medida que ocorre a substituição por outras fontes de energia. No entanto, o preço do gás mantém-se elevado ao longo do horizonte.

O enquadramento internacional está em linha com o cenário severo publicado pelo BCE em março. Um primeiro canal de transmissão prende-se com o aumento dos preços das matérias-primas importadas, em particular do petróleo e do gás, que tem um impacto negativo sobre a atividade económica e gera uma subida dos preços no consumidor. A perda de poder de compra das famílias implica uma redução do consumo privado.

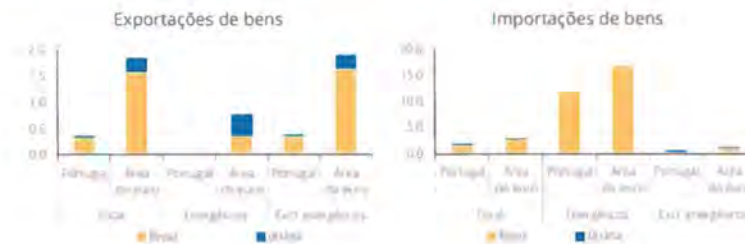
Do lado da oferta, estes desenvolvimentos implicam um aumento dos custos de produção, condicionando a atividade, em particular nos setores onde o consumo destas matérias-primas é elevado. Os setores de maior intensidade energética incluem os transportes terrestres, alguma indústria extrativa, a agricultura, a silvicultura, a pesca e a restauração e similares (Gráfico C1.1).

Gráfico C1.1 • Setores de maior intensidade energética média em Portugal em 2018 | Percentagem



Fontes: INE e Anado, J. (2022). "A maior intensidade energética em Portugal: Retornos com dados agregados e de empresa", Investe & Investe. *Lezírias*, volume VII - n.º 1. | Notas: Intensidade energética aproximada pelo peso dos gases com energia no VAB das empresas (média do setor). Os valores entre parêntesis representam o peso de cada setor no VAB nacional total, em 2019. N/A: Não especificado.

Gráfico C1.2 • Peso dos fluxos comerciais de bens com a Rússia e a Ucrânia, em média, em 2015-19 | Percentagem



Fonte: Eurostat (cálculos de Banco de Portugal)

2.3 Conclusão

A compreensão do comportamento da inflação no enquadramento atual é desafiante. O choque de natureza única que afetou a economia global traduziu-se em elevada incerteza, em ajustamentos constantes no comportamento das famílias e das empresas e em flutuações da atividade económica não habituais e heterogêneas entre setores, que tornam a compreensão da evolução dos preços complexa. A inflação medida pela taxa de crescimento do IHPC aumentou significativamente no último ano, sobretudo devido a um maior contributo do preço dos bens energéticos. Em vários países, incluindo Portugal, o impacto no rendimento disponível das famílias foi em parte atenuado por medidas orçamentais implementadas com o objetivo de aliviar os custos económicos e sociais da inflação.

A teoria económica aponta para diferentes mecanismos que podem explicar o aumento recente da inflação. A recuperação rápida da atividade económica e a concomitante resposta das políticas orçamental e monetária podem explicar a subida da inflação. Como existem diferentes mecanismos consistentes com essa subida, torna-se particularmente difícil distinguir a importância relativa dos diferentes determinantes.

No contexto atual de elevada incerteza, o acompanhamento próximo dos indicadores que poderão sinalizar riscos para a estabilidade de preços a médio prazo continuará a revestir-se de elevada importância. A incerteza em relação ao comportamento da inflação na área do euro no futuro é elevada, mesmo a curto prazo. Parte dessa incerteza está relacionada com o ritmo de resolução das perturbações nas cadeias de valor globais e com evolução futura do preço da energia que são difíceis de prever. Acresce a essa dificuldade a incerteza criada pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Simultaneamente, a comparação da dinâmica da inflação e das expectativas de inflação na área do euro com a de outras economias, no presente e no passado, assim como das diferentes formas de

condução da política monetária, pode contribuir para uma compreensão mais aprofundada do comportamento da inflação na área do euro.

3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

3.1 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS

Composição dos rendimentos em 2021 e 2020, a sua variação absoluta e relativa (%):

Descrição	Em céntimos de Euro			
	2021	2020	Variação	Variação (%)
Vendas e serviços prestados	401 221,72	345 149,35	56 072,37	16,25%
Subsídios à exploração	287 347,15	296 711,74	(9 364,55)	(3,16%)
Outros rendimentos	1,77	5 638,99	(5 637,22)	(99,97%)
Total da estrutura de rendimentos	688 570,64	647 500,08	41 070,56	6,34%

PRORURIS - EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Demonstração individual dos resultados por rubricas do período findo em 31-12-2021

RENDIMENTOS E GASTOS	RENTINHA	IMCCP/RELE	VMS/2020	Serviços AFAR	CC/DMH	Financ	CC/FR	TOTAL
Vendas e serviços prestados	+ 8 158,45	6 238,74		82 642,76	6 079,88	64 880,00	231 320,89	401 221,72
Subsídios à exploração	+ 10 000,00		5 408,16	10 000,00	170 000,00		91 938,99	287 347,15
Fornecimentos e serviços externos	- 2 054,85	- 2 410,00		116,00	56 956,90	0,00	- 109 221,43	- 164 958,20
Gastos com pessoal	- 16 726,94		- 3 817,88	8 861,91	185 108,61	85 620,40	- 226 992,62	507 097,36
Outros rendimentos e ganhos					1,77			1,77
Outros gastos e perdas					898,86		343,63	- 1 237,49
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-522,34	3 628,74	1 590,28	83 663,83	-44 875,72	-20 940,40	-7 267,80	15 276,59
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/-		-1 590,28	2 050,00	2 495,40		- 9 118,44	- 6 250,12
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-522,34	3 628,74	0,00	81 613,83	-47 371,12	-20 940,40	-10 382,24	6 026,47
Juros e gastos similares suportados					711,07			711,07
Resultado antes de impostos	-522,34	3 628,74	0,00	81 613,83	-48 082,19	-20 940,40	-10 382,24	5 315,40
Imposto sobre rendimento do período	-/-							2 081,60
Resultado líquido do período	-522,34	3 628,74	0,00	81 613,83	-48 082,19	-20 940,40	-10 382,24	8 227,75

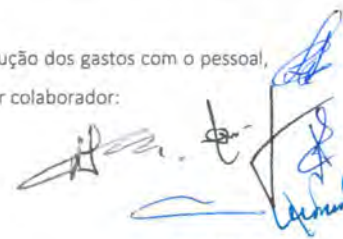
3.2 Estrutura de Gastos

Composição dos gastos em 2020 e 2021, a sua variação absoluta e relativa (%):

Descrição	Em céntimos de Euro			
	2021	2020	Variação	Variação (%)
Gastos com o pessoal	507 097,36	455 086,02	52 011,34	11,43%
Fornecimentos e serviços externos	164 959,20	179 704,11	(14 744,91)	(8,21%)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	9 250,12	8 474,52	775,60	9,15%
Imposto sobre o rendimento do período	2 087,65	1 185,63	902,02	76,08%
Outros gastos	1 237,49	1 552,75	(315,26)	(20,30%)
Juros e gastos similares suportados	711,07	65,81	645,26	980,49%
Total da estrutura de gastos	685 342,89	646 068,84	39 274,05	6,08%

3.3 PESSOAL

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos e o gasto médio anual por colaborador:



Descrição	2021	2020	Δ Absoluta
Gastos com pessoal	507 097,36	455 086,02	52 011,34
N.º médio de colaboradores	29	25	4
Gasto médio por colaborador	17 486,12	18 203,44	(717,32)

3.4 EBITDA e Resultado líquido do período

Do ponto de vista econômico, o "EBITDA" e o "Resultado Líquido da Empresa", no período de 2021 e 2020, foi o seguinte:

Descrição	2021	2020	Δ Absoluta	Δ relativa
EBITDA	15 276,59	11 157,20	4 119,39	36,9%
EBITDA/ Volume de negócios	3,8%	3,2%	0,6	17,8%
Resultado líquido do período	3 227,75	1 431,24	1 796,51	125,5%
Resultado líquido do período / Volume de negócios	0,8%	0,4%	0,4	94,0%

3.5 AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Empresa apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

Descrição	2021	2020	Δ Absoluta
Autonomia Financeira	41%	42%	-1 p.p
Endividamento	59%	58%	1 p.p



[Handwritten signatures and initials]

4 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1 Posição financeira

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Empresa através da análise dos seguintes itens de balanço:

ATIVO	31-DEZ-2021	Peso %	31-DEZ-2020	Peso %	Variação 2021 - 2020
Ativo não corrente	44 355,17	17,3%	53 029,25	21,8%	(8 674,08)
Ativo corrente	211 342,77	82,7%	190 376,03	78,2%	20 966,74
Total Ativo	255 697,94	100,0%	243 405,28	100,0%	12 292,66
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital Próprio	104 547,08	40,9%	101 319,33	41,6%	3 227,75
Passivo não corrente	14 682,99	5,7%	19 236,14	7,9%	(4 553,15)
Passivo corrente	136 467,87	53,4%	122 849,81	50,5%	13 618,06
Total Capital Próprio e Passivo	255 697,94	100,0%	243 405,28	100,0%	12 292,66

4.2 Indicadores de Gestão

Seguem alguns indicadores de gestão para o período de 2021 e respetivos valores comparativos:

Indicadores de Gestão	2021	2020	Δ Absoluta	Δ em % face a 2020
Ativo Fixo Tangível (AFT)	41 838,03	51 088,15	(9 250,12)	(18,1 %)
Capital próprio	104 547,08	101 319,33	3 227,75	3,2 %
Capitais Permanentes	119 230,07	120 555,47	(1 325,40)	(1,1 %)
Equilíbrio dos capitais permanentes (AFT+PI)/Cap.perm)	0,35	0,42	0,1	(17,2 %)

Em análise ao quadro apresentado, este propicia os seguintes comentários:

- A variação ocorrida no "Ativo Fixo Tangível" é motivada pelas depreciações de ativos e desreconhecimento de um ativo (viatura) alienada em 2020, que por lapso, o seu desreconhecimento contabilístico apenas foi efetuado em 2021, não tendo qualquer impacto nos resultados de 2020 ou 2021.

a) Equipamento de Transporte, no montante de 5.010,95 Euros;

4.3 Rácios financeiros mais relevantes

De seguida apresentam-se outros rácios financeiros relevantes referentes ao período de 2021 e 2020:

Outros Indicadores financeiros	2021	2020	Δ Absoluta	Δ em % face a 2020
Solvabilidade (CP/Passivo) em %	69,2 %	71,3 %	-2,1	-3,00%
Liquidez corrente (Ativo corrente - Passivo corrente) em Euros	74 874,90	67 526,22	7 348,68	10,88%

4.4 Análise Económica

Vamos agora apresentar alguns indicadores, relativamente à análise económica no período findo em 2021, comparativamente com o período de 2020:

Análise Económica	Fórmula simplificada	2021	2020	A Absoluta	A em % face a 2020
Rendibilidade Líquida das Vendas (%)	RL / Volume de negócios	-0,8 %	0,4 %	0,4	9 400,4 %
Rendibilidade do Ativo (ROA) (%)	EBITDA / Ativo	6,0 %	4,6 %	1,4	3 033,9 %
Rendibilidade do Capital Próprio (return on equity) (%)	RL / C. Próprio	3,1 %	1,4 %	1,7	11 855,9 %
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	Clientes / Volume negócios * 365	36	26	10	36,9 %
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	Fornecedores / (CMVMC+FSE) * 365	48	37	10	49,8 %

Os indicadores de gestão, financeiros e económicos apresentados, indiciam que, a Proruris, apresenta uma estrutura sólida, garantida por uma gestão prudente e eficaz, secundada por um bom desempenho relativamente à atividade desenvolvida em 2021 justificada pela qualidade de excelência reconhecida pela generalidade de todos os seus clientes.

5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Empresa no período económico findo em 31 de dezembro de 2021, alcançou o resultado líquido de 3.227,75 Euros. Propõe-se a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Descrição	Euros
Reserva legal	3 227,75
Total	3 227,75

6 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

No contexto atual de elevada incerteza, devido à pandemia provocada pelo vírus Sars-cov-2 e invasão da Rússia à Ucrânia, que estão agravar a subida de preços das matérias primas, energia e de diversos bens primários, tem provocado uma redução de confiança das famílias e empresas, motivos que não permitem estimar qual o efeito objetivo que se vai sentir na PRORURIS.

7 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Empresa não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo Órgão de Gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Empresa.

8 COMPROMISSOS FINANCEIROS

A Proruris adquiriu uma viatura no final do ano 2020 recorrendo a um Leasing junto do RCI Bank para financiar a aquisição. Tem desde 2017 contratos de locação operacional para as restantes viaturas.

9 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

9.1 AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 31 de março de 2022, tendo as mesmas sido submetidas e aprovadas pela Assembleia Geral da sociedade na mesma data. No entanto o município de Vinhais poderá em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

9.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, para além da invasão da Rússia à Ucrânia, não foram recebidas quaisquer informações que afetem as demonstrações financeiras, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

10 OUTRAS INFORMAÇÕES / cumprimento de obrigações legais e regulamentares

- a) Atendendo ao Decreto Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, a Empresa no período de 2021 encontra-se enquadrada no SNC-AP, no entanto, a prestação de contas neste normativo tem sido adiada pelas leis do orçamento de estado. De acordo com o previsto no art.º 212 da Proposta de lei 116/XIV/3ª, orçamento de estado para 2022 ainda em discussão, a prestação de contas de 2021 ainda pode ser efetuada no mesmo normativo do ano 2021.
- b) A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.
- c) Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas/ações próprias. Aliás a Empresa não é detentora de quotas/ações próprias.
- d) Não foram realizados negócios entre a Empresa e os seus Administradores (Art.º 397 do CSC), nem lhes foram concedidos quaisquer empréstimos ou adiantamentos por conta de lucros.
- e) Não existem dívidas em mora perante o Sector Público Estatal ou Segurança Social.

- f) As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Proruris em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da Empresa, entende que a Empresa tem capacidade de prosseguir em continuidade, atendendo ao histórico de operações lucrativas alcançado e tem já os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da sua atividade.
- g) Todas as transações que envolvem a Proruris, e no que lhe é aplicável, respeitam as obrigações impostas pela Lei 25/2008 de 5 de junho (assim como, as obrigações impostas pelas atualizações posteriores a este diploma), o qual estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Proruris.

Apresenta-se, de seguida a Demonstração de Resultados e o Balanço do período findo em 31 de dezembro de 2021.

Proruris Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EM

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

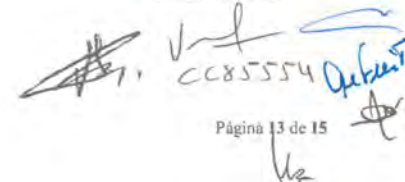
Descrição	Notas	Valores em € (emissão de Euro)			
		2021	2020	Variação	Variação (%)
Vendas e serviços prestados	18	401 221,72	345 149,35	56 072,37	16,2%
Subsídios à exploração	20	287 347,15	296 711,74	(9 364,59)	(3,2%)
Fornecimentos e serviços externos	21	(164 059,10)	(179 304,13)	14 244,93	(8,2%)
Gastos com ir pessoal	22	(507 097,36)	(455 086,02)	(52 011,34)	11,4%
Outros rendimentos	23	4,77	5 638,50	(5 633,72)	(100,0%)
Outros gastos	24	(3 237,49)	(3 552,75)	315,26	(20,3%)
EBITDA - resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		15 276,59	11 157,20	4 119,39	36,9%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 2	(9 250,17)	(8 414,51)	(735,66)	8,2%
Impandade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)					
EBIT - Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6 026,42	2 682,68	3 343,79	124,6%
Juros e rendimentos similares obtidos					
Juros e gastos similares suportados	25	(711,07)	(65,81)	(645,26)	980,5%
EBT - Resultado antes de impostos		5 315,40	2 616,87	2 698,53	103,1%
Imposto sobre o rendimento do período	26.1	(2 087,65)	(1 185,63)	(902,02)	76,1%
Resultado líquido do período		3 227,75	1 431,24	1 796,51	125,5%

Conselho de Administração



Maria Couvato

Contabilista Certificado



CC85554

Proruris Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EM

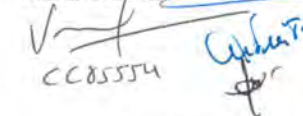
BALANÇO INDIVIDUAL

Descrição	Notas	Valores em Cêntimos de Euros			
		31-DEZ-2021	31-DEZ-2020	Variação	Variação (%)
ATIVO					
ATIVO NÃO CORRENTE					
Ativos fixos tangíveis	6, 7	41 838,03	51 088,15	(9 250,12)	(18,1%)
Outros investimentos financeiros	8	2 517,14	1 941,10	576,04	29,7%
		44 355,17	53 029,25	(8 674,08)	(16,4%)
ATIVO CORRENTE					
Cientes	10	39 255,91	24 668,06	14 587,85	59,1%
Estado e Outros Entes Públicos	11		350,03	(350,03)	(100,0%)
Outros créditos a receber	12	23 846,43	39 963,76	(16 117,33)	(40,3%)
Diferimentos	13	4 130,01	4 903,03	(773,02)	(15,8%)
Caixa e depósitos bancários	4.2	144 110,42	120 491,15	23 619,27	19,6%
		211 342,77	190 376,03	20 966,74	11,0%
TOTAL DO ATIVO		255 697,94	243 405,28	12 292,66	5,1%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
CAPITAL					
Capital Subscrito	14.1	50 000,00	50 000,00		
Reservas legais	14.2	6 104,37	4 673,13	1 431,24	30,6%
Outras reservas	14.3	27 290,09	27 290,09		
Resultados transitados	14.4	17 924,87	24 801,67	(6 876,80)	(27,7%)
Ajustamentos em ativos financeiros	14.5		(6 876,80)	6 876,80	(100,0%)
		101 319,33	99 888,09	1 431,24	1,4%
Resultado líquido do Período		3 227,75	1 431,24	1 796,51	125,5%
Total do Capital Próprio		104 547,08	101 319,33	3 228	3,2%
PASSIVO NÃO CORRENTE					
Financiamentos obtidos	16	14 682,99	19 236,14	(4 553,15)	(23,7%)
		14 683	19 236,14	(4 553,15)	(23,7%)
PASSIVO CORRENTE					
Fornecedores	18	21 514,43	15 649,14	5 865,29	37,5%
Estado e outros entes públicos	11	19 453,28	12 060,14	7 393,14	61,3%
Financiamentos obtidos	16	4 553,31	4 403,50	149,81	3,4%
Outras dívidas a pagar	17	67 738,17	62 120,19	5 617,98	9,0%
Diferimentos	13	23 208,68	28 616,84	(5 408,16)	(18,9%)
		136 467,87	122 849,81	13 618	11,1%
Total do Passivo		151 150,86	142 085,95	9 064,91	6,4%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		255 697,94	243 405,28	12 292,66	5,1%

Conselho de Administração

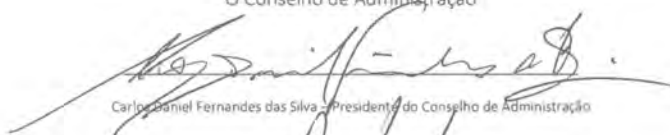

Maria Cavada

Contabilista Certificado

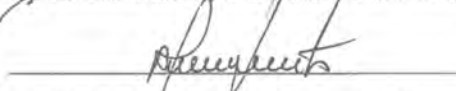

CC8554

Vinhais, 31 de março de 2022

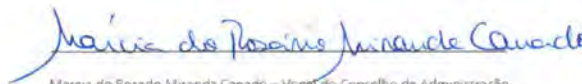
O Conselho de Administração



Carlos Daniel Fernandes das Silva - Presidente do Conselho de Administração



Alfredo Paulo de Vila Moura dos Santos - Vogal do Conselho de Administração



Marcia do Rosado Miranda Canado - Vogal do Conselho de Administração



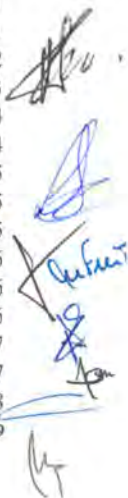


Handwritten signatures in blue ink, including the name "Proruris" and other illegible signatures.



Índice

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	6
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	7
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2021 e 2020	8
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	9
ANEXO 10	
1 Identificação da entidade e período de relato	10
1.1 Designação da entidade	10
1.2 Sede	10
1.3 Natureza da atividade	10
2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	10
2.1 Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	10
2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade	11
3 Principais políticas contabilísticas	11
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.	11
3.1.1 <i>Ativos fixos tangíveis</i>	11
3.1.2 <i>Loações</i>	12
3.1.3 <i>Ativos intangíveis</i>	13
3.1.4 <i>Outros investimentos financeiros</i>	14
3.1.5 <i>Clientes e outros créditos a receber</i>	14
3.1.6 <i>Estado e outros entes públicos</i>	15
3.1.7 <i>Acréscimos e diferimentos</i>	15
3.1.8 <i>Caixa e depósitos bancários</i>	15
3.1.9 <i>Capital subscrito</i>	16
3.1.10 <i>Reserva legal</i>	16
3.1.11 <i>Outras reservas</i>	16
3.1.12 <i>Resultados transitados</i>	17
3.1.13 <i>Ajustamentos / Outras variações no capital próprio</i>	17
3.1.14 <i>Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes</i>	18



3.1.15	Matérias ambientais	18
3.1.16	Financiamentos obtidos e gastos com financiamento	19
3.1.17	Fornecedores, adiantamentos de clientes e outras dívidas a pagar	20
3.1.18	Rédito	20
3.1.19	Subsídios atribuídos	21
3.1.20	Benefícios dos empregados	22
3.1.21	Imposto sobre o rendimento do período	22
3.1.22	Eventos subsequentes	24
3.2	Outras políticas contabilísticas revelantes	24
3.3	Juizes de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras	24
3.4	Principais pressupostos relativos ao futuro	25
4	Fluxos de caixa	25
4.1	Comentário da gerência/administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso	25
4.2	Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários, e equivalente de caixa	25
5	Partes relacionadas	25
5.1	Relacionamentos com empresas-mãe	25
5.2	Remunerações da pessoal chave da gestão (membros de órgãos de administração, de direção e de supervisão)	26
5.3	Transações entre partes relacionadas	26
6	Ativos fixos tangíveis	27
6.1	Divulgações sobre ativos fixos tangíveis	27
6.2	Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas	28
7	Locações	28
7.1	Locações financeiras	28
8	Ativos intangíveis	29
8.1	Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:	29
9	Outros investimentos financeiros	30
10	Clientes	30
11	Estado e outros entes públicos	31
12	Outros créditos a receber	31
13	Diferimentos	32

14	Capital próprio	32
14.1	Capital subscrito e realizado	32
14.2	Reservas Legais	32
14.3	Outras reservas	33
14.4	Resultados transitados	33
14.5	Ajustamentos em ativos financeiros	33
15	Matérias ambientais	34
16	Financiamentos obtidos	34
17	Outras dividas a pagar	34
18	Fornecedores	34
19	Vendas, prestação de serviços e rédito	35
20	Subsídios à exploração	35
21	Fornecimentos e serviços externos (FSE)	36
22	Gastos com pessoal	36
23	Outros rendimentos	37
24	Outros gastos	37
25	Juros e gastos similares suportados	37
26	Impostos sobre o rendimento	37
26.1	Relacionamento entre gasto /rendimento de impostos e lucro contabilístico	38
27	Acontecimentos após a data do balanço	38
27.1	Autorização para emissão	38
27.2	Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço:	38
28	Divulgações exigidas por diplomas legais	38
29	Divulgações adicionais para as entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º e o n.º 4 do artigo 9.º, ambos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho	39
29.1	Honorários do Revisor Oficial de Contas	39
	Os Revisores Oficiais de Contas ao longo de 2021 faturaram 2388€ referente a serviços de auditoria.	39











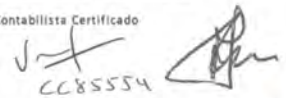
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RUBRICAS	Notas	Livdade monetária - Céntimo de Euro	
		Período	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6, 7	41 838,03	51 088,15
Outros investimentos financeiros	9	2 517,14	1 941,10
		<u>44 355,17</u>	<u>53 029,25</u>
Ativo corrente			
Clientes	10	39 255,91	24 668,06
Estado e outros entes públicos	11		350,03
Outros créditos a receber	12	25 846,43	39 963,76
Diferimentos	13	4 130,01	4 903,03
Caixa e depósitos bancários	4.2	144 110,42	120 491,15
		<u>211 342,77</u>	<u>190 376,03</u>
Total do ativo		<u>255 697,94</u>	<u>243 405,28</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	14.1	50 000,00	50 000,00
Reservas legais	14.2	6 104,37	4 673,13
Outras reservas	14.3	27 290,05	27 290,05
Resultados transitados	14.4	17 928,83	24 801,67
Ajustamentos em ativos financeiros	14.5		-6 876,80
Resultado líquido do período		3 227,75	1 431,24
Total do capital próprio		<u>104 547,08</u>	<u>101 319,33</u>
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	16	14 682,99	19 236,14
		<u>14 682,99</u>	<u>19 236,14</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	18	21 514,43	15 649,14
Estado e outros entes públicos	11	19 453,28	12 060,14
Financiamentos obtidos	16	4 553,31	4 403,50
Outras dívidas a pagar	17	67 736,17	62 120,19
Diferimentos	13	23 208,58	28 616,84
		<u>136 467,87</u>	<u>122 849,81</u>
Total do passivo		<u>151 150,86</u>	<u>142 085,95</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>255 697,94</u>	<u>243 405,28</u>

Conselho de Administração


Mário Casado


Contabilista Certificado


CC85554

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Rubricas de rendimentos e gastos	Notas	Unidade monetária: Centimo de Euro	
		Período	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	19	401 221,72	345 149,35
Subsídios à exploração	20	287 347,15	296 711,74
Fornecimentos e serviços externos	21	-164 959,20	-178 704,11
Gastos com pessoal	22	507 097,36	455 086,02
Outros rendimentos	23	1,77	5 638,99
Outros gastos	24	-1 237,49	-1 552,75
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		15 276,59	11 157,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6.2	9 250,12	8 474,52
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6 026,47	2 682,68
Juros e gastos similares suportados	25	-711,07	-65,81
Resultado antes de impostos		5 315,40	2 616,87
Imposto sobre o rendimento do período	26.1	-2 087,65	-1 185,63
Resultado líquido do período		3 227,75	1 431,24

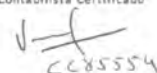
Conselho de Administração



Márcia Canudo



Contabilista Certificado



2285554




DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2021 e 2020


Unidade monetária: € Milhões de Euro

Descrição Período de 2021	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Total
	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamento s / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	50 000,00	4 673,13	27 290,09	24 801,67	(6 876,80)	1 431,24	101 319,33
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Dúvidas alterações reconhecidas no capital próprio		1 431,24		(6 876,80)	6 876,80	(1 431,24)	
		1 431,24		(6 876,80)	6 876,80	(1 431,24)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						3 227,75	3 227,75
RESULTADO INTEGRAL		1 431,24		(6 876,80)	6 876,80	1 796,51	3 227,75
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	50 000,00	6 104,37	27 290,09	17 924,87	-	3 227,75	104 547,08

Unidade monetária: € Milhões de Euro

Descrição Período de 2020	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Total
	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamento s / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	50 000,00	4 441,55	27 290,08	21 104,74	(6 876,80)	4 631,65	100 591,23
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Dúvidas alterações reconhecidas no capital próprio						(4 631,65)	(4 631,65)
						(4 631,65)	(4 631,65)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		231,58		3 696,93		1 431,24	5 359,75
RESULTADO INTEGRAL							
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	50 000,00	4 673,13	27 290,08	24 801,67	(6 876,80)	1 431,24	101 319,33


Margarida Casado


CC85554





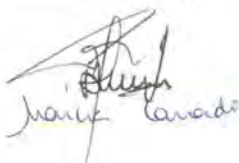


DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade monetária: Cêntimo de Euro

RUBRICAS	Periodos	
	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	441 894,24	423 456,44
Pagamentos a fornecedores	(182 233,82)	(238 325,41)
Pagamentos ao pessoal	(406 141,40)	(363 199,44)
Caixa gerada pelas operações	(146 480,98)	(178 068,41)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(963,62)	(989,52)
Outros recebimentos/pagamentos	176 203,86	150 379,52
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	28 759,26	(28 678,41)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-	24 900,00
	-	24 900,00
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	-	2 526,02
	-	2 526,02
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-	27 426,02
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	24 900,00
	-	24 900,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(4 403,49)	(3 260,36)
Juros e gastos similares	(736,50)	(65,81)
	(5 139,99)	(1 326,17)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(5 139,99)	23 573,83
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	23 619,27	22 321,44
Caixa e seus equivalentes no início do período	120 491,15	98 169,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período	144 110,42	120 491,15

Conselho de Administração



Manif. Canado

Contabilista Certificado



CC85554



ANEXO

1 Identificação da entidade e período de relato

1.1 Designação da entidade

A empresa Proruris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EM, NIF 507 643 720, é uma empresa municipal de capitais públicos que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída em 2007. Encontra-se registada na Conservatória do Registo Comercial de Vinhais, sob a Matricula n.º 507 643 720 com Capital estatutário de cinquenta mil euros.

1.2 Sede

Tem sede em Rua da Casa do Povo, Largo do Toural, 5320 – 311 Vinhais.

1.3 Natureza da atividade

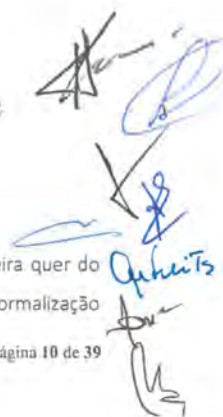
Exerce a atividade de serviços de consultoria na área rural, bem como todo o tipo de apoio ao desenvolvimento rural do concelho, formação profissional, gestão de parques temáticos e apoio ao turismo.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (*Sistema de Normalização Contabilística*), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/2015 de 2 junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (*Modelos de Demonstrações Financeiras*);
- Aviso n.º 8254/2015, 29 de julho (*Estrutura Conceptual*);
- Aviso n.º 8256/2015, 29 de julho (*Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro*);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (*Código de Contas*).



De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização



Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço individual, a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual das alterações no capital próprio, a demonstração individual de fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em cêntimo de Euros.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

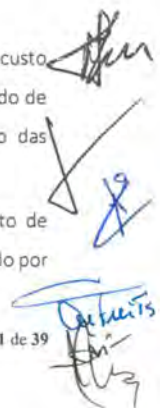
3 Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas, tendo por base o referido na nota 3.1.18.





Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

As depreciações são calculadas sistematicamente pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o valor residual não se alterar.

As depreciações que integram os ativos fixos tangíveis, iniciam-se quando os bens que lhe estão afetos estão disponíveis para uso, numa base de duodécimos.

A vida útil média estimada para cada classe dos ativos fixos tangíveis é a seguinte:

Ativos tangíveis	Vida útil em anos (intervalo)	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	5 - 20	5% - 20%
Equipamento básico	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento de transporte	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	2 - 10	10% - 50%
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4	25% - 100%

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

A Empresa revê anualmente o período de vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando exista.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".



3.1.2 Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.





Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo fixo tangível, e a responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", sendo que os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de contrato da locação.

3.1.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil definida, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo de custo), tendo por base o referido na nota 3.1.18.

Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta de uma forma consistente.

A Empresa efetua para todos os seus ativos intangíveis com vida útil indefinida, testes de imparidade sempre que existam indícios de forma a comparar a sua quantia recuperável com a quantia escriturada. A Empresa revê anualmente a vida útil estimada dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, de forma a verificar se os acontecimentos e circunstâncias que apoiam numa avaliação de vida útil indefinida para esse ativo se mantem. Um ativo intangível com uma vida útil indefinida deve ser amortizado num período máximo de 10 anos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os dispêndios com desenvolvimento para os quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o ativo venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios referidos são registados como gastos do período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".





3.1.4 Outros investimentos financeiros

Estes investimentos financeiros, encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Sempre que existam rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) os mesmos são registados na demonstração dos resultados.

3.1.5 Clientes e outros créditos a receber

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva (ou ao seu custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado) menos qualquer perda por imparidade.

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/outros créditos a receber está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Os créditos sobre clientes cedidos em factoring sem recurso, ou seja, em que no caso de não pagamento por parte dos clientes a perda é assumida pela empresa de factoring, são





desreconhecidos do Balanço aquando do recebimento das quantias provenientes da empresa de factoring.

Os créditos sobre clientes cedidos em factoring com recurso, ou seja, em que no caso de não pagamento por parte dos Clientes a empresa de factoring tem o direito de reclamar a Empresa as quantias não pagas, mantêm-se reconhecidos no Balanço e o risco de incobrabilidade associado é considerado para efeitos de determinação da imparidade.

Neste caso, os valores recebidos da empresa de factoring são reconhecidos na rubrica "Financiamentos obtidos", assim como, caso exista, as letras descontadas e não vencidas.

3.1.6 Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. Em face do relacionamento com esta entidade, não é expetável a existência de perdas por imparidade nesta rubrica.

3.1.7 Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber e Outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos (ativos ou passivos)".

3.1.8 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.





Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Financiamentos obtidos".

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.1.9 Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no artº 199 (Sociedades por quotas) e artº 272 (Sociedade anónimas) do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade da Empresa deve indicar especialmente, o seu capital o valor nominal de cada título (quota ou ação) e os seus respetivos titulares.

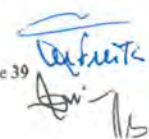
3.1.10 Reserva legal

De acordo com o artº 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC)



3.1.11 Outras reservas

Esta rubrica inclui reservas de reavaliação efetuadas nos termos dos anteriores referencial contabilístico e as efetuadas na data de transição, líquidas dos correspondentes impostos



diferidos, e que não são apresentadas na rubrica Excedentes de Revalorização pelo facto de a entidade ter adotado o método do custo considerado na data de conversão para o SNC.

Acresce que, as reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diplomas legais, de acordo com tais diplomas, só estão disponíveis para aumentar capital ou cobrir prejuízos incorridos até à data a que se reporta a reavaliação e apenas depois de realizadas (pelo uso ou pela venda).

3.1.12 Resultados transitados

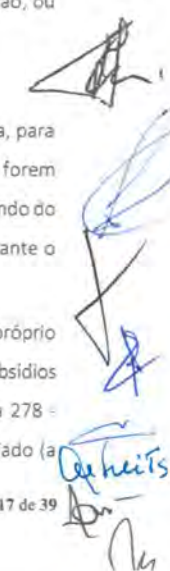
Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após o cumprimento das demais obrigações impostas pelo CSC.

3.1.13 Ajustamentos / Outras variações no capital próprio

Esta rubrica evidencia o seguinte:

- ajustamentos decorrentes, designadamente, da utilização do método da equivalência patrimonial em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas.
- as diferenças de câmbio derivadas da transposição de uma unidade operacional estrangeira (nos termos da NCRF 23 - Os efeitos de alterações em taxas de câmbio). A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro. Esta rubrica reflete as diferenças de transposição de demonstrações financeiras das entidades englobadas no MEP (contas individuais) sempre que a sua moeda funcional (ambiente económico principal no qual operam) não é o Euro e que resultam de à data de cada balanço:
 - Os ativos e passivos em moeda estrangeira serem transpostos pelo uso da taxa de fecho;
 - Os ganhos e perdas serem transpostos pelo uso da taxa de câmbio à data da transação, ou na sua falta ao câmbio médio;
 - O capital social ao câmbio histórico.
- os subsídios associados a ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para à rubrica 7883 - Imputação de subsídios para investimentos, à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem. Aquando do seu registo inicial, o subsídio prefigura um aumento nos benefícios económicos durante o período contabilístico que resulta em aumento do capital próprio.

Porém, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas se circunscreve à quantia do subsídio (a registar a crédito da conta 5931 - Subsídios atribuídos, por débito de meios financeiros líquidos ou de uma subconta da conta 278 - Outros devedores e credores), deduzida da quantia do imposto que lhe está associado (a



Proruris

registar a débito da conta 5932 - Ajustamentos em subsídios, por crédito de uma subconta da conta 278 - Outros Dividas a Pagar – não corrente). Em cada um dos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento na demonstração dos resultados, é também reconhecido o correspondente imposto, sendo, então, debitada a conta 5931 - Subsídios atribuídos por crédito da conta 7883 - Imputação de subsídios para investimentos e creditada a conta 5932 - Ajustamentos em subsídios por débito da subconta da conta 278 – Outras dividas a pagar – não corrente.

3.1.14 Provisões, passivas contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

3.1.15 Matérias ambientais

As Entidades nacionais têm a obrigação legal de evitar, reduzir e reparar os danos causados ao ambiente ou a terceiros no âmbito da sua atividade, devendo adotar as medidas necessárias para recolher, encaminhar e tratar os resíduos das mais diversas naturezas, as águas residuais dos seus processos industriais, as emissões para a atmosfera, a proteção dos solos e de recursos hídricos e a prevenção de ruídos e vibrações.

A responsabilidade das empresas portuguesas que exerçam uma atividade económica suscetível de provocar danos ao ambiente e a terceiros, devem prever a constituição de garantias financeiras para cobertura dessas responsabilidades, designadamente através da subscrição de apólices de seguro, obtenção de garantias bancárias, participação em fundos ambientais ou a constituição de fundos próprios, sem que tenham sido ainda definidos legalmente os valores mínimos dessas garantias.

3.1.16 Financiamentos obtidos e gastos com financiamento

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros calculados com base na utilização do método do juro efetivo, tal como descrito na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras reconhecidas de acordo com a NCRF 9 - Locações; e
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir "ativos que se qualificam":

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis (Exemplos: Instalações industriais e Instalações de geração de energia)



- Ativos intangíveis;
- Propriedades de investimento.

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

3.1.17 Fornecedores, adiantamentos de clientes e outras dívidas a pagar

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva ou ao custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado.

3.1.18 Rêdito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos.





No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

3.1.19 Subsídios atribuídos

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. Conforme referido na FAQ n.º 13 da Comissão de Normalização Contabilística, revista em 15/04/2013, não existe qualquer diferença temporária tributável no caso da contabilização em capitais próprios de subsídios não reembolsáveis, mas existe lugar à contabilização de uma obrigação (um passivo), isto é, um crédito na rubrica "Outras dívidas a pagar – não corrente" e um débito na rubrica "Outras variações em capitais próprios". Em função do reconhecimento do subsídio ao rendimento, esta obrigação reverte por contrapartida da rubrica "Outras dívidas a pagar – não corrente"

No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".





3.1.20 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

3.1.21 Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontra-se corrigido pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2017 a 2021 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010 e de quatro anos relativamente aos períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos,



encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21% além das tributações autónomas em vigor.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período".

No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporários entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.



3.1.22 Eventos subsequentes

Em Janeiro de 2021 Portugal foi atingido pela 3ª Vaga de Covid – 19 tendo o Exmo. Sr. Presidente da Republica decretado vários estados de emergência por forma a que o Governo pudesse tomar as medidas necessárias para a contenção da pandemia, onde foi decretado novo "lockdown" em 15 de janeiro. Este confinamento obrigou a que o Parque Biológico encerrasse toda a atividade, que se irá traduzir em quebra acentuada de receitas.

3.2 Outras políticas contabilísticas revelantes


Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais, quando existem, são deduzidos ao resultado líquido do período.

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 incluem, por exemplo, a estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.





3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4 Fluxos de caixa

4.1 Comentário da gerência/administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos significativos de caixa e seus equivalentes indisponíveis ou restritos para uso.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários, e equivalente de caixa

Caixa e depósitos bancários	Períodos	
	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	0,52	55,41
Depósitos à ordem	144 109,90	120 435,74
Total de caixa e depósitos bancários	144 110,42	120 491,15
Total de caixa e seus equivalentes (DFC)	144 110,42	120 491,15

5 Partes relacionadas

5.1 Relacionamento com empresas-mãe

A estrutura acionista da Empresa é constituída pelo Município de Vinhais






5.2 Remunerações da pessoal chave da gestão (membros de órgãos de administração, de direção e de supervisão)

Descrição	Períodos	
	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios de curto prazo - Brutos	44 054,64	44 893,24
Benefícios de curto prazo - Líquidos	27 967,58	27 611,64
Total	72 022,22	72 504,88

5.3 Transações entre partes relacionadas

a) Identificação e relacionamento com as partes relacionadas

Identificação das partes relacionadas	Descrição sumária da natureza do relacionamento
Outras entidades: Município de Vinhais	Acionista
Pessoal chave de gestão e da entidade e da respetiva empresa mãe: Carlos Daniel Fernandes da Silva Alfredo Paulo de Vila Moura dos Santos Marcia do Rosário Miranda Canado	Presidente do Conselho de Administração Vogal Vogal

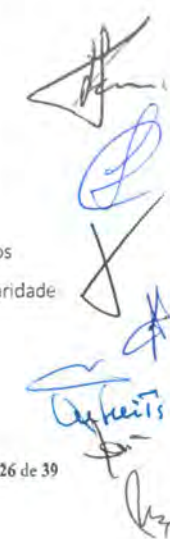
b) Transações e saldos pendentes:


i. Quantia das transações

Transações com Partes relacionadas	Saldos 31.12.2021	
	Prestação de serviços	Subsídios
Outras entidades: Município de Vinhais	66 362,08	270 000,00
Total	66 362,08	270 000,00

ii. Quantia dos saldos pendentes, incluindo perdas por imparidade e compromissos

Em 31 de dezembro de 2021 não existiam saldos pendentes, perdas por imparidade nem compromissos.





6 Ativos fixos tangíveis

6.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, métodos de depreciação usados e vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

Categoria do ativo fixo tangível	Bases de mensuração da quantia bruta (modelo do custo ou modelo de revalorização)	Métodos de depreciação usados (Método de linha reta ou método degressivo)	Limite máximo e mínimo de vida útil (Intervalo em anos)
Terrenos e recursos naturais			
Edifícios e outras construções	6 650,45	Método da linha reta	2 - 50
Equipamento básico	7 187,76	Método da linha reta	2 - 8
Equipamento de transporte	24 900,00	Método da linha reta	4 - 8
Equipamento administrativo	51 863,41	Método da linha reta	3 - 16
Outros ativos fixos tangíveis	7 580,39	Método da linha reta	7 - 8

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações (do período e acumuladas), as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações e quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:

2021						
Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta						
Saldo em 01.01.2021	6 650,45	7 187,76	29 910,95	51 863,41	7 580,39	103 192,96
Alienações	-	-	(5 010,95)	-	-	(5 010,95)
Saldo em 31.12.2021	6 650,45	7 187,76	24 900,00	51 863,41	7 580,39	98 182,01
Depreciações acumuladas						
Saldo em 01.01.2021	1 290,95	2 998,72	5 181,78	38 450,55	4 182,81	52 104,81
Adições	237,79	1 786,70	2 050,00	4 359,99	815,58	9 250,06
Alienações	-	-	(5 010,95)	-	-	(5 010,95)
Saldo em 31.12.2021	1 528,74	4 785,42	2 220,83	42 810,54	4 998,39	56 343,92
Quantia escriturada	5 121,71	2 402,34	22 679,17	9 052,87	2 582,00	41 838,09





2020						
Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta						
Saldo em 01.01.2020	5 433,45	2 917,86	9 960,95	51 863,41	7 580,39	77 756,06
Adições	1 217,00	4 269,90	24 900,00	-	-	30 386,90
Alienações	-	-	(4 950,00)	-	-	(4 950,00)
Saldo em 31.12.2020	6 650,45	7 187,76	29 910,95	51 863,41	7 580,39	103 192,96
Depreciações acumuladas						
Saldo em 01.01.2020	1 053,16	1 211,96	9 438,98	33 637,33	3 238,86	48 580,29
Adições	237,79	1 786,76	692,80	4 813,22	943,95	8 474,52
Alienações	-	-	(4 950,00)	-	-	(4 950,00)
Saldo em 31.12.2020	1 290,95	2 998,72	5 181,78	38 450,55	4 182,81	52 104,81
Quantia escriturada	5 359,50	4 189,04	24 729,17	13 412,86	3 397,58	51 088,15

6.2 Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas

Classe de ativos fixos tangíveis	Depreciações do período		Depreciações acumuladas	
	2021	2020	2021	2020
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	237,79	237,79	1 528,74	1 290,95
Equipamento básico	1 786,76	1 786,76	4 785,48	2 998,72
Equipamento de transporte	2 050,00	692,80	2 220,83	5 181,78
Equipamento administrativo	4 359,99	4 813,22	42 810,54	38 450,55
Outros Ativos Fixos Tangíveis	815,58	943,95	4 998,39	4 182,81
Total	9 250,12	8 474,52	56 343,98	52 104,81

7 Locações

7.1 Locações financeiras

Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:

Descrição	Locações financeiras	
	31.12.2021	31.12.2020
Equipamento de transporte	22 679,17	24 900,00
Total	22 679,17	24 900,00





Descrição geral dos acordos de locação financeira significativos:

Nº contrato	Bem locado	Locadora	Data de início	Data do fim	Valor do contrato	Rendas até 31.12.2020	Rendas pagas em 2021	Valor em dívida em 31.12.2021	Valor Residual
0502088920001	Vanessa ATEFP	ICI Bank	15/12/2020	14/12/2025	24 900,00	2 260,36	4 403,34	19 236,30	498
Total					24 900,00	2 260,36	4 403,34	19 236,30	498,00

*Os valores mencionados incluem o IVA à taxa de 23%. Devido às características da natureza o IVA não é dedutível e está considerado recíproco de vanto.

Exigibilidade corrente e não corrente dos valores em dívida (dos pagamentos mínimos futuros):

Locações financeiras	31.12.2021	31.12.2020
Pagamentos mínimos até 1 ano	4 553,31	4 403,50
Passivo corrente	4 553,31	4 403,50
Pagamentos mínimos mais de que um 1 ano e não mais de 5 anos	14 682,99	19 236,14
Passivo não corrente	14 682,99	19 236,14
Valores em dívida (Pagamentos mínimos futuros)	19 236,30	23 639,64
Pagamento de juros futuros	917,80	1 628,87

8 Ativos intangíveis

8.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

Período findo em 31.12.2021:

Descrição	2021	
	Programas de computador	Total
Quantia escriturada bruta		
Saldo em 01.01.2016	990	990
Saldo em 31.12.2016	990	990
Amortizações acumuladas		
Saldo em 01.01.2016	990	990
Saldo em 31.12.2016	990	990
Quantia escriturada		






9 Outros investimentos financeiros

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição dos investimentos financeiros	Saldo inicial em 01.01.2021	Aumentos		Saldo Final em 31.12.2021
		Aquisições	Total dos aumentos	
Valorização pelo modelo do custo:				
FCT	1 741,10	576,04	576,04	2 317,14
CNCFS	200,00		0,00	200,00
Total ao modelo do custo	1 941,10	576,04	576,04	2 517,14

Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A lei nº 70/7013 de 30 de agosto estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho e outros. A presente lei é aplicável às relações de trabalho reguladas pelo código do trabalho, e aplica-se apenas aos contratos de trabalho celebrados após a sua entrada em vigor, tendo sempre por referência a antiguidade, contada a partir do momento da execução dos mesmos contratos, excluindo os de curta duração e trabalho temporário, bem como os trabalhadores que exercem funções públicas, incluindo os institutos públicos de regime especial. O FCT é financiado pelas entregas mensais efetuadas pelas entidades empregadoras abrangidas pelo âmbito do regime instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto. O dinheiro proveniente das entregas mensais das entidades empregadoras integra o património de um fundo – o Fundo de Compensação do Trabalho – gerido em regime de capitalização pelo IGFCSS, IP. As entregas são convertidas em unidades de participação do fundo e integradas em contas individuais referenciadas aos trabalhadores da entidade empregadora abrangidos pelo âmbito do regime na proporção das entregas realizadas por conta de cada trabalhador. No presente período foram mensurados no ativo da Empresa o montante de 547,50 Euros.

10 Clientes

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:





Clientes	Períodos	
	31/12/2021	31/12/2020
Clientes c/c	39255,91	24668,06
Clientes - títulos a receber	-	-
Total de clientes (valor antes das imparidades)	39 256	24 668
Total líquido de clientes	39 256	24 668

Esta rubrica inclui os montantes de 26.342,40 Euros (2020: 20.966,40Euros) referentes à Carne de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes, EM S.A

11 Estado e outros entes públicos

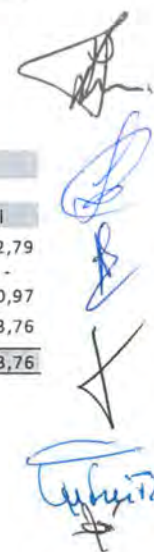
Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	31/12/2021	31/12/2020
	Corrente	Corrente
Ativo:		
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	350,03
Total ativo	-	350,03
Passivo:		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	1 847,65	723,63
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (Retenções)	3 075,75	2 967,83
Imposto sobre o valor acrescentado	5 136,66	0,00
Contribuições para a segurança social	9 245,06	8 255,86
Comparticipações para o FCT e FGCT	148,16	112,82
Total do passivo	19 453,28	12 060,14

12 Outros créditos a receber

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Outros créditos a receber	31/12/2021		31/12/2020	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Subsídios -PDR	21 997,58	21 997,58	32 972,79	32 972,79
Adiantamentos de fornecedores	1 848,85	1 848,85	-	-
Outros - OPP	0,00	-	6 990,97	6 990,97
Total	23 846,43	23 846,43	39 963,76	39 963,76






13 Diferimentos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Diferimentos	Períodos	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativos:		
Seguros pagos antecipadamente	4 130,01	4 903,03
Total	4 130,01	4 903,03
Passivos:		
Outros - PDR 2020	23 208,68	28 616,84
Total	23 208,68	28 616,84

14 Capital próprio

14.1 Capital subscrito e realizado

A 31 de dezembro de 2021 a Empresa detinha um capital social subscrito e realizado de 50.000 Euros.

Acionistas/Sócios	31.12.2021			
	%	Capital subscrito	Capital realizado	Capital por realizar
Município de Vinhais	100,0%	50 000,00	50 000,00	0,00
Totais	100%	50 000,00	50 000,00	0,00

Acionistas/Sócios	31.12.2020			
	%	Capital subscrito	Capital realizado	Capital por realizar
Município de Vinhais	100,0%	50 000,00	50 000,00	0,00
Totais	100%	50 000,00	50 000,00	0,00

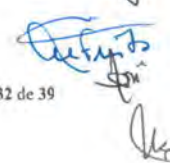


14.2 Reservas Legais

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Reservas legais	31.12.2021	31.12.2020
Saldo em 01.01.	4 673,13	4 441,55
Aumentos do período		
Aplicação do resultado líquido do período anterior	1 431,24	231,58
Total dos aumentos do período	1 431,24	231,58
Saldo em 31.12.	6 104,37	4 673,13







14.3 Outras reservas

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Outras reservas	31.12.2021	31.12.2020
Saldo em 01.01.	27 290,09	27 290,09
Saldo em 31.12.	27 290,09	27 290,09

14.4 Resultados transitados

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Resultados transitados	31.12.2021	31.12.2020
Saldo em 01.01.	24 801,67	21 104,74
Aumentos do período		
Aplicação do resultado líquido do período anterior		4 400,07
Total dos aumentos do período	0,00	4 400,07
Diminuições do período		
Documentos de anos anteriores		703,14
Anulação dos ajustamentos de transição POC > SNC	6 876,80	
Total das diminuições do período	6 876,80	703,14
Saldo em 31.12.	17 924,87	24 801,67

14.5 Ajustamentos em ativos financeiros

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Ajustamentos em ativos financeiros	31.12.2021	31.12.2020
Saldo em 01.01.	-6 876,80	-6 876,80
Aumentos do período		
Anulação dos ajustamentos de transição POC > SNC	6 876,80	
Total dos aumentos do período	6 876,80	0,00
Diminuições do período		
Total das diminuições do período	0,00	0,00
Saldo em 31.12.	0,00	-6 876,80






Handwritten signature and initials in the top right corner.

15 Matérias ambientais

A Empresa tem a obrigação legal de evitar, reduzir e reparar os danos ambientais decorrentes do exercício da sua atividade, tendo incorrido em dispêndios para assegurar o integral cumprimento das suas obrigações, não existindo passivos efetivos ou contingentes de caráter ambiental que devam ser reconhecidos ou divulgados, nem riscos ou obrigações desta natureza que possam ser fiavelmente mensurados e originar saídas prováveis de recursos, a cautelar por vias de provisões específicas, pelo que não se justifica definir critérios de mensuração para o efeito, nem quaisquer ajustamentos de valor.

16 Financiamentos obtidos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Períodos					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Locações financeiras	14 682,99	4 553,31	19 236,30	19 236,14	4 403,50	23 639,64
Totais	14 682,99	4 553,31	19 236,30	19 236,14	4 403,50	23 639,64

17 Outras dividas a pagar

Esta rubrica tem a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Remunerações a liquidar (previsões)	67 435,81	67 435,81	62 119,90	62 119,90
Pessoal	300,38	300,38	0,29	0,29
Sindicatos	1,98	1,98	-	-
Totais	67 738,17	67 738,17	62 120,19	62 120,19

18 Fornecedores

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores c/c	21 514,43	15 649,14
Totais	21 514,43	15 649,14

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.



19 Vendas, prestação de serviços e rédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

RUBRICAS	31/12/2021		31/12/2020	
	Mercado Interno	Total	Mercado interno	Total
Prestação de serviços	401 221,72	401 221,72	345 149,35	345 149,35
Volume de negócios	401 221,72	401 221,72	345 149,35	345 149,35
Rédito	401 221,72	401 221,72	345 149,35	345 149,35

O "Rédito" inclui transações com entidades relacionadas no montante de 66.362,08 Euros (2020: 67847,81 Euros).

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

Vendas - são reconhecidas na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com um grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;

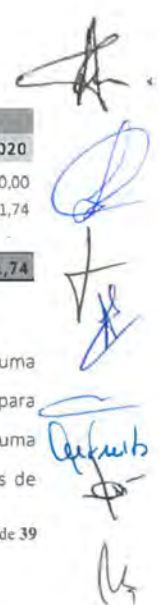
Prestações de serviços - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;

20 Subsídios à exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	Natureza	Períodos	
		31/12/2021	31/12/2020
Contrato Programa - Município Vinhais	Não reemb.	270 000,00	270 000,00
PDR 2020	Não reemb.	5 408,16	26 711,74
IEFP - Estágios Profissionais	Não reemb.	11 938,99	
Total		287 347,15	296 711,74

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração, ou no âmbito de programas de



formação profissional) são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados (em função dos gastos incorridos, e as condições contratadas), independentemente da data do seu recebimento.

21 Fornecimentos e serviços externos (FSE)

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2021	31/12/2020
Outros - Bar, Alimentação animais e merchandising	63 293,91	35 438,62
Limpeza, higiene e conforto	17 041,98	15 993,97
Rendas e alugueres	13 434,70	14 413,30
Trabalhos especializados	12 614,82	13 717,02
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	12 522,95	10 963,60
Seguros	10 246,12	9 668,35
Honorários	8 720,00	9 216,77
Comissões	6 950,89	6 473,25
Combustíveis	6 320,40	5 565,25
Comunicação	4 348,25	4 725,86
Subcontratos	2 724,64	43 542,76
Material de escritório	1 765,58	1 470,27
Conservação e reparação	1 738,99	4 393,34
Deslocações e estadas	1 337,72	1 891,03
Serviços Bancários	1 014,40	1 275,97
Vigilância e segurança	289,04	349,75
Despesas de representação	278,00	300,00
Publicidade e propaganda	275,00	200,00
Contencioso e notariado	41,81	105,00
Total	164 959,20	179 704,11

22 Gastos com pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações dos órgãos sociais	44 054,64	45 022,94
Remuneração do pessoal	367 796,18	324 876,21
Encargos sobre remunerações	89 919,55	81 098,74
Seguros	4 537,87	3 438,13
Outros gastos com pessoal	789,12	650,00
Total	507 097,36	455 086,02

Nº médio de colaboradores

29

25



23 Outros rendimentos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	1,74	0,15
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,02	13,22
Excesso da estimativa para impostos	0,01	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	-	2 526,02
Correção de exercícios anteriores	-	3 099,60
Total	1,77	5 638,99

24 Outros gastos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2021	31/12/2020
Impostos	872,19	759,43
Outros	365,30	793,32
Total	1 237,49	1 552,75

25 Juros e gastos similares suportados

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2021	31/12/2020
Juros suportados	711,07	65,81
Total	711,07	65,81

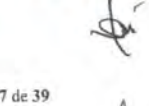



26 Impostos sobre o rendimento

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2021	31/12/2020
IRC corrente	2 087,65	1 185,63
Total	2 087,65	1 185,63








26.1 Relacionamento entre gasto /rendimento de impostos e lucro contabilístico

Reconciliação da taxa efetiva de imposto:

A taxa efetiva de imposto é o gasto/rendimento de imposto dividido pelo lucro contabilístico.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Resultado contabilístico antes de impostos (1)	5 315,40	2 616,87
Resultado líquido do período (2)	3 227,45	1 431,24
Gastos não dedutíveis (3)	365,21	597,17
Resultado tributável (6=1+3+4+5)	5 680,61	3 214,04
Taxa de imposto (7)	21,0%	21,0%
Imposto corrente (8=6*7)	1 192,93	674,95
Imposto sobre o rendimento do período (10=8+9)	1 192,93	674,95
Tributações autónomas (12)	894,72	510,68
Total do imposto do período (14=10+11+12+13)	2 087,65	1 185,63
Taxa efetiva de imposto (15=14/1)	39,3%	45,3%

27 Acontecimentos após a data do balanço

27.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 31 de março de 2022. No entanto o município de Vinhais poderá em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

27.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço:

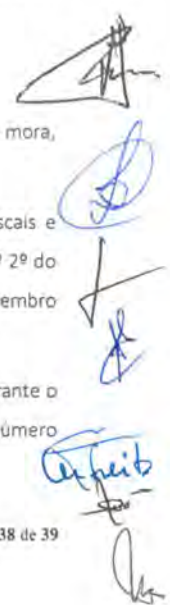
Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras a Rússia invadiu a Ucrânia, no entanto, não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras, uma vez que não há necessidade de proceder a qualquer ajustamento.

28 Divulgações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

A Empresa não é devedora ao Estado e à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais e contributivas em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no art.º 2º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro e no art.º 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo).

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2021, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2021.



A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais, quer no território nacional, quer no estrangeiro.

29 Divulgações adicionais para as entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º e o n.º 4 do artigo 9.º, ambos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho

29.1 Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os Revisores Oficiais de Contas ao longo de 2021 faturaram 2388€ referente a serviços de auditoria.

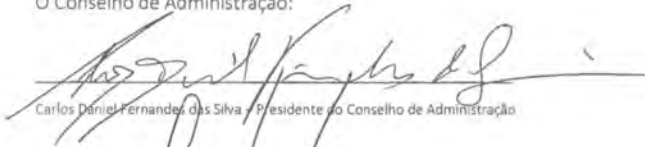
30 Termo de responsabilidade

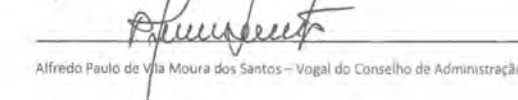
A Administração e o Contabilista Certificado, confirmam que à data de 31 de dezembro de 2021 para além dos factos mencionados em anteriores notas:

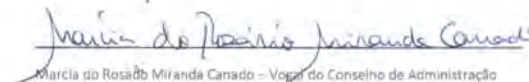
- Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor e terceiros;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Empresa, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Empresa, no âmbito do SNC/NCRF, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

Vinhais, 31 de março 2022.

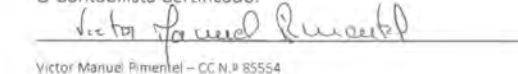
O Conselho de Administração:


Carlos Daniel Fernandes das Silva - Presidente do Conselho de Administração


Alfredo Paulo de Vila Moura dos Santos - Vogal do Conselho de Administração


Marcia do Rosário Miranda Canado - Vogal do Conselho de Administração

O Contabilista Certificado:


Victor Manuel Pimentel - CC.N.º 85554








RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE: Proruris - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EM

GERÊNCIA: 01-01-2021 a 31-12-2021

NOME	SITUAÇÃO NA ENTIDADE	REMUNERAÇÃO ILÍQUIDA AUFERIDA	PERÍODO DE RESPONSABILIDADE
Carlos Daniel Fernandes da Silva	Presidente	44.057,64 €	01-01-2021 a 31-12-2021
Alfredo Paulo Vila Moura dos Santos	Vogal		01-01-2021 a 31-12-2021
Márcia do Rosario Miranda Canado	Vogal		01-01-2021 a 31-12-2021

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signatures and names]
 Carlos Daniel Fernandes da Silva
 Alfredo Paulo Vila Moura dos Santos
 Márcia do Rosario Miranda Canado



ACTAS

Firma: Proruris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EM.
Morada: Edifício da Casa do Povo – Largo do Toural, 5320-311 - Vinhais
Conservatória do Registo Comercial de Vinhais – Capital Social: 50.000,00 Euros,
N.I.F.: 507 643 720

ATA NÚMERO TRINTA E UM

Aos trinta e um dias do mês de março do ano dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas, reuniu na sede social, sita no Edifício da Casa do Povo, Largo do Toural, em Vinhais, a Assembleia-Geral da Empresa "Proruris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EM", com o capital de 50.000,00 Euros, (Cinquenta Mil Euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vinhais, sob o número único de registo e de pessoa colectiva 507 643 720, ao abrigo do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais por se encontrar representada a totalidade do capital social e haver vontade expressa em deliberar sobre a ordem de trabalhos que a seguir se apresenta:

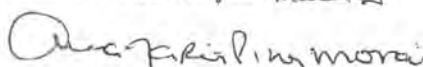
1. Apreciação e aprovação do relatório e contas relativas ao exercício do ano de dois mil e vinte e um;
2. Apreciação e votação da proposta de aplicação do Resultado Líquido;
3. Apreciação do Parecer do Órgão de Fiscalização.

A reunião foi presidida pelo Presidente da Assembleia-Geral – Martinho Magno Martins, que teve a secretariá-lo o Secretário do mesmo órgão que verificaram a legitimidade da representação e do mandato do accionista único.

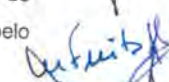
De acordo com a ordem de trabalhos foram discutidos, apreciados e votados os pontos dela constante, tendo sido deliberado por unanimidade dos votos correspondentes à totalidade do capital representado:

1. Aprovar o Relatório e Contas referentes ao exercício do ano de 2021;
2. Aprovar a proposta de aplicação do resultado líquido, no montante de € 3.227,75 (três mil duzentos e vinte e sete euros e setenta e cinco cêntimos), na totalidade para reservas legais.
3. Concordar com as considerações constantes do Relatório e Parecer do Fiscal Único da sociedade.

E nada mais havendo a tratar o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, de que foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral e pelo seu Secretário.

Martinho Magno Martins







RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmo. Acionista e

Exmo. Conselho de Administração de:

PRORURIS - EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE VINHAIS, EM

Satisfazendo o estabelecido no Código das Sociedades Comerciais e no Contrato da Sociedade, vimos submeter à apreciação de V. Exas., o Relatório e o Parecer do Fiscal Único, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1. RELATÓRIO

No desempenho das funções que por lei nos estão atribuídas:

- 1.1. Acompanhámos a Gestão da Sociedade, tendo recebido da Administração e de outros responsáveis as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.
- 1.2. Verificámos a regularidade do preenchimento dos livros, dos registos contabilísticos e dos documentos de suporte.
- 1.3. Velámos para que a Lei e o Contrato Social fossem aplicados de forma correta.
- 1.4. Confirmámos a titularidade, pela Sociedade, de bens e valores.
- 1.5. Verificámos que os critérios valorimétricos utilizados são os que constam do Anexo.
- 1.6. Confirmámos que o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.
- 1.7. Estamos convencidos que os referidos documentos de prestação de contas traduzem, de forma verdadeira, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e, bem assim, os resultados apurados no exercício findo na mesma data.
- 1.8. Estamos de acordo que o Relatório de Gestão, assim como a Proposta de Aplicação de Resultados, nele incluída e apresentados pela Administração, cumprem o exigível na lei.

2. PARECER

Face ao anteriormente exposto, somos de parecer que os Senhores Acionistas devem, em relação aos documentos apresentados pelo Conselho de Administração e ao exigido pelo artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais:

- Deliberar sobre a aprovação do Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2021;
- Deliberar sobre a aprovação da Proposta de Aplicação de Resultados;
- Proceder à Apreciação da Administração e Fiscalização da Sociedade.

Viseu, 31 de março de 2022

O Fiscal Único



Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Ricardo Filipe Macias Carvalho, ROC n.º 1657, CMVM n.º 20161267



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Proruris - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EM** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 255.697,94 euros e um total de capital próprio de 104.547,08 euros, incluindo um resultado líquido de 3.227,75 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Proruris - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EM** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

OUTRAS MATÉRIAS

As demonstrações financeiras da Entidade relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por um outro auditor que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações. A certificação legal das contas foi emitida em 28 de maio de 2021.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Viseu, 31 de março de 2022

O Revisor Oficial de Contas



Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SRÓC, Lda, n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Ricardo Filipe Macias Carvalho, ROC n.º 1657, CMVM n.º 20161267





RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO
SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO 2.º SEMESTRE DE 2021

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 25.º, n.º 6, alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira de **Proruris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EM**, reportada ao segundo semestre findo em 31 de dezembro de 2021, incluída no Balanço (que evidencia um total de ativo de 255.697,94 € e um total de capitais próprios de 104.547,08 €, incluindo um resultado líquido de 3.227,75 €) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do órgão de gestão pela informação financeira semestral:
 - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o SNC;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorção material devido a fraude ou erro;
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade;
 - e) a avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.
4. Responsabilidade do Fiscal Único pela informação financeira semestral.
Nos termos da alínea h) do n.º 6 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, a nossa responsabilidade consiste em remeter, semestralmente, ao órgão executivo da entidade pública participante, informação sobre a situação económica e financeira independente baseada no trabalho efetuado.



ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Considerando a informação contabilística que nos foi disponibiliza referente ano de 2021, bem como de todo o ano de 2020, procedemos à elaboração de uma análise que sintetizamos abaixo, conforme considerações e quadros que se seguem:

1. Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	UNIDADE MONETÁRIA: EUROS	
		DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS		401 221,72	345 149,35
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO		287 347,15	296 711,74
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		-164 959,20	-179 709,11
GASTOS COM O PESSOAL		-307 097,36	-455 086,02
OUTROS RENDIMENTOS		1,77	5 638,99
OUTROS GASTOS		-1 237,49	-1 552,75
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		15 276,59	11 157,20
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZAÇÃO		-9 250,12	-8 474,52
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		6 026,47	2 682,68
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS		-713,07	-69,81
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		5 315,40	2 616,87
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO		-2 087,65	-1 185,62
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		3 227,75	1 431,24

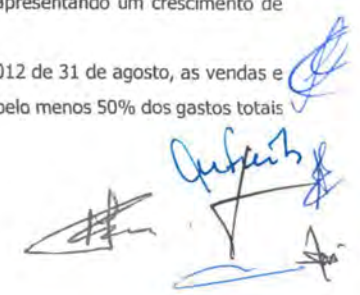
1.1. Análise dos rendimentos

1.1.1. Volume de negócios

Conforme se verifica pela demonstração de resultados acima apresentada, o volume de negócios da Entidade ascende ao montante de 401.221,72 € (345.149,35 € em 2020), apresentando um crescimento de 16,25% comparativamente a igual período do ano anterior.

De referir que, nos termos do artigo 62.º n.º 1 alínea a) da Lei 50-2012 de 31 de agosto, as vendas e prestações de serviços realizadas durante os últimos três anos, devem cobrir pelo menos 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios, situação que se encontra em cumprimento.

1.1.2. Subsídios à exploração





No ano de 2021, os subsídios à exploração ascenderam a 287.347,15 €, quando em igual período homólogo anterior se fixaram nos 296.711,74 €, registando assim um decréscimo de 9.364,59 € (-3,16%). De referir que, este montante resultou do contrato programa com o Município de Vinhais cujo valor do apoio ascendeu a 270.000,00 €, da obtenção de subsídios junto do IEFP no montante de 11.938,99 € e de subsídios obtidos do IFAP no valor de 5.408,16 €.

Note-se que, nos termos do artigo 62.º n.º 1 alínea b) da Lei 50-2012 de 31 de agosto, os subsídios à exploração atribuídos pela Entidade Pública Participante (Município de Vinhais) nos últimos três anos, não devem ser superiores a 50% das receitas da entidade, situação que se encontra em cumprimento.

1.1.3. Outros Rendimentos

Da análise efetuada à rubrica de "outros rendimentos" verifica-se que estes ascenderam ao montante de 1,77 €, enquanto no período anterior apresentaram o valor de 5.638,99 €.

1.2. Análise dos gastos

1.2.1. Fornecimentos e Serviços Externos

Abaixo discriminamos as diferentes contas que compõem os "fornecimentos e serviços externos", apresentando a sua variação entre 2021 e 2020:

	2020 (€)	2021 (€)	Variação (€)	%
Fornecimentos e serviços externos	164 959,20 €	179 704,11 €	- 14 744,91 €	-8,21%
Subcontratos	2 724,64 €	43 542,76 €	- 40 818,12 €	-83,74%
Trabalhos especializados	12 614,82 €	13 717,02 €	- 1 102,20 €	-8,04%
Publicidade e propaganda	275,00 €	200,00 €	75,00 €	37,50%
Vigilância e segurança	289,04 €	349,75 €	- 60,71 €	-17,36%
Honorários	8 720,00 €	9 216,77 €	- 496,77 €	-5,39%
Comissões	6 950,89 €	6 473,25 €	477,64 €	7,39%
Conservação e reparação	1 730,90 €	4 303,34 €	- 2 574,25 €	-60,42%
Serviços bancários	1 014,40 €	1 270,97 €	- 261,57 €	-20,50%
Ferramentas e utensílios de desgasta rápida	12 522,85 €	16 963,00 €	- 1 559,35 €	14,22%
Material de escritório	1 765,58 €	1 470,27 €	295,31 €	20,09%
Combustíveis	6 320,40 €	5 555,25 €	765,15 €	13,57%
Deslocações e estadas	1 267,72 €	1 691,03 €	- 553,31 €	-20,26%
Rendas e alugueres	13 434,70 €	14 413,30 €	- 978,60 €	-6,79%
Comunicação	4 348,25 €	4 725,86 €	- 377,61 €	-7,99%
Seguros	10 210,12 €	11 055,35 €	- 577,77 €	5,98%
Contencioso e notariado	41,81 €	105,00 €	- 63,19 €	-60,10%
Despesas de representação	278,00 €	300,00 €	- 22,00 €	-7,33%
Limpeza, Higiene e conforto	17 041,90 €	16 993,97 €	1 048,01 €	6,55%
Outros serviços	63 283,91 €	35 438,82 €	27 855,20 €	79,60%

Desta análise, verifica-se que, no cômputo geral os fornecimentos e serviços externos apresentam um decréscimo face a igual período do ano anterior, de cerca de 8,21% (-14.744,91€), fixando-se nos 164.959,20 € em 2021 sendo 179.704,11 € em 2020. Os principais acréscimos, em valor, verificaram-se nas contas de



"outros serviços" e "ferramentas e utensílios" e "limpeza, higiene e conforto" ascendendo a 27.855,29 €, 1.559,35 € e 1.048,01 €, fixando-se nos 63.293,91 €, 12.522,95 € e 17.041,98 €, respetivamente. De referir que a conta "outros serviços" referida, diz essencialmente respeito a despesas ocorridas com o "Parque Biológico de Vinhais". Em sentido contrário, os principais decréscimos ocorreram nas rubricas de "subcontratos", "conservação e reparação" e "trabalhos especializados", apresentado uma diminuição de 40.818,12 €, 2.654,35 € e 1.102,20 €, fixando-se deste modo em 2.724,64 €, 1.738,99 € e 12.614,82 €, respetivamente. De realçar que, a maior componente desta rubrica é a conta de "outros serviços", sendo essencialmente relativa às despesas que a Entidade apresenta com o "Parque Biológico de Vinhais", tendo ascendido em 2021 a 63.293,91 €, representando assim 38,37% (19,72% em 2020) do total da rubrica de fornecimentos e serviços externos.

1.2.2. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal ascenderam em 2021 a 507.097,36 € (455.086,02 em 2020), representando um acréscimo aproximado de 11,5% (+52.011,34 €).

1.2.3. Gastos com depreciações e amortizações

Os "gastos com depreciações e amortizações" ascenderam a 9.250,12 € (8.474,52 € em 2020).

O valor do ativo fixo tangível da Entidade ascende em 31 de dezembro de 2021 a 41.838,03 € (51.088,15 € no período anterior).

1.2.4. Outros Gastos

No que diz respeito aos "outros gastos", constata-se que ascenderam a 1.237,49 €, quando em igual período do ano transato esse valor ascendia a 1.552,75 €. De referir que, o valor apresentado no período em análise, resulta essencialmente de "taxas" pagas (680,40 €) e de gastos de períodos anteriores (302,26 €).

1.3. Análise dos Resultados

O resultado líquido apresentado no período em análise foi positivo em 3.227,75 € (1.431,24 € em 2020), traduzindo-se num crescimento de cerca de 125% (+1.796,51 €) comparativamente ao período homólogo anterior.

O resultado operacional ascendeu a 6.026,47 € (2.682,68 € no período anterior).

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, normalmente designado por EBITDA, ascendeu a 15.276,59 € (11.157,20 € no período anterior).

Note-se que, nos termos do artigo 62.º n.º 1 alíneas c) e d) da Lei 50-2012 de 31 de agosto, se o valor do resultado operacional subtraído do valor correspondente às amortizações e às depreciações e o resultado

líquido dos últimos três anos, forem negativos, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses. Note-se que, esta situação encontra-se em cumprimento dado que os resultados têm sido positivos nos períodos anteriores, tal como no período em análise.

2. Balanço

RUBRICAS	UNIDADE MONETÁRIA: EUROS	
	DATAS	
	31/12/2021	31/12/2020
ACTIVO		
ACTIVO NÃO CORRENTE		
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	41 838,03	51 088,15
OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2 517,14	1 941,10
	44 355,17	53 029,25
ACTIVO CORRENTE		
CLIENTES	39 255,91	24 668,06
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	0,00	350,03
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	23 846,43	39 963,76
DIFERIMENTOS	4 130,01	4 903,03
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	144 110,42	120 491,15
	211 342,77	190 376,03
TOTAL DO ACTIVO	255 697,94	243 405,28
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL SUBSCRITO	50 000,00	50 000,00
RESERVAS LEGAIS	6 104,37	4 673,13
OUTRAS RESERVAS	27 290,09	27 290,09
RESULTADOS TRANSITADOS	17 924,87	24 801,67
AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	0,00	-6 376,80
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	101 319,33	99 888,09
	3 227,75	1 431,24
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	104 547,08	101 319,33
PASSIVO		
PASSIVO NÃO CORRENTE		
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	14 682,99	19 236,14
	14 682,99	19 236,14
PASSIVO CORRENTE		
FORNECEDORES	21 514,43	15 649,14
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	19 453,28	12 060,14
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	4 553,31	4 403,50
OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	67 738,17	62 120,19
DIFERIMENTOS	23 208,68	28 616,84
	136 467,87	122 849,81
TOTAL DO PASSIVO	151 150,86	142 085,95
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	255 697,94	243 405,28

A Entidade apresenta um total do ativo em 31 de dezembro de 2021, que ascende a 255.697,94 €, sendo superior ao registado no final do período anterior em 12.292,66 €.

O rácio da autonomia financeira ascende, no período analisado, a cerca de 41%, sendo no final do ano anterior cerca de 42%, este rácio indica-nos a proporção dos capitais próprios no total do ativo da entidade.

Quanto à solvabilidade da entidade, este indicador avalia a capacidade da entidade em fazer face aos seus compromissos com terceiros, indicando deste modo o risco que os credores correm em resultado dos

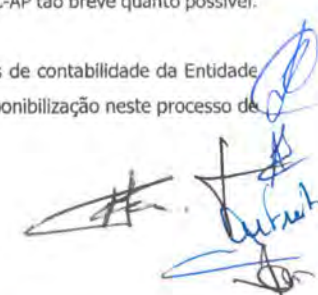
créditos concedidos à empresa. Este rácio traduz-se na proporção dos capitais próprios no total do passivo, o que para o período em análise ascendeu a cerca de 69%, enquanto no final do período anterior se situava nos 71%. Estes indicadores demonstram a capacidade da entidade para solver os seus compromissos com terceiros.

3. Considerações finais

O resultado apresentado em 2021 é positivo no montante de 3.227,75 € (sendo também positivo em 1.431,24 € no período anterior), sendo importante salientar os seguintes aspetos:

- O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, normalmente designado por EBITDA, é positivo em 15.276,59 €. Note-se que, em igual período do exercício anterior o EBITDA ascendeu a 11.157,20 € positivos;
- O volume de negócios apresenta um acréscimo na ordem dos 16,25% quando comparado com igual período do ano anterior.
- A Entidade encontra-se em cumprimento no que diz respeito às condições impostas pelo n.º 1 do artigo 62.º da Lei 50-2012 de 31 de agosto.
- Chamamos a atenção para o disposto no artigo 43.º da Lei 50-2012 de 31 de agosto, que dispõe determinadas obrigações às empresas locais quanto à "transparência". Devendo a Administração da Entidade promover os esforços necessários com vista ao cumprimento do disposto neste artigo.
- Chama-se ainda a atenção da Administração, para o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei 50-2012 de 31 de agosto, que refere que, as empresas locais devem facultar um relatório trimestral sobre a execução orçamental, de forma completa e atempada, aos órgãos executivos e deliberativos das respetivas entidades públicas participantes.
- Relativamente ao ano de 2021, nos termos do previsto na Proposta de Lei n.º 116/XIV/3.ª referente ao Orçamento de Estado para 2022, o n.º 2 do artigo 212.º permite à Entidade, apesar de sujeita à aplicação do SNC-AP, apresentar as contas de acordo com o regime contabilístico utilizado no período anterior. Contudo, é referido que "As entidades públicas asseguram as condições para a prestação de contas em SNC-AP, em 2023, relativamente às contas do ano de 2022.". Assim, aconselhamos a Administração da Entidade a diligenciar no sentido de implementar o SNC-AP tão breve quanto possível.

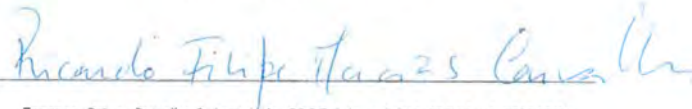
Aproveitamos para agradecer os serviços administrativos e aos serviços de contabilidade da Entidade bem como ao Conselho de Administração, por toda a colaboração e disponibilização neste processo de revisão legal de contas de 2021.



Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração.

Viseu, 31 de março de 2022

O Revisor Oficial de Contas



Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Ricardo Filipe Macias Carvalho, ROC n.º 1657, CMVM n.º 20161267

